

GÊNEROS TEXTUAIS

A HETEROGENEIDADE TIPOLÓGICA NO GÊNERO EDITORIAL

Irislane Rodrigues Figueiredo (UFES)

irisfigueiredo@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Grandes são as contribuições da Linguística Textual (LT) para o ensino de língua materna, especialmente no que se refere aos gêneros textuais. Através deles podemos identificar marcas linguísticas e discursivas que abrem caminho para as mais diversas análises textuais.

Além de possibilitar a diferenciação dos gêneros textuais quanto aos domínios discursivos e a situação comunicativa, a LT garante uma abertura ao trabalho de aperfeiçoamento da criticidade do aluno através da composição de textos, a partir das várias possibilidades sequenciais tipológicas.

Sabendo disso, este artigo procura apontar por meio da análise de um texto opinativo que o ensino de gêneros textuais é imprescindível. No caso do editorial, a análise pode atingir os mais variados níveis de observação da linguagem enquanto fator de interação e intencionalidade.

A LINGUÍSTICA E OS GÊNEROS TEXTUAIS

No livro *Linguística Textual: Introdução* (2002), Koch e Fávero fazem um panorama sobre a Linguística Textual desde sua origem até pesquisas feitas na Europa, por estudiosos como Ducrot, Oller, Van Dijk, Lewandowski, Hjelmslev, Jakobson, Pêcheux, Benveniste, Harris, Weinrich, Isenberg, Lang, entre outros.

Sobre as possíveis causas para o surgimento de gramáticas textuais a partir da década de 1960, especialmente na Alemanha, Koch e Fávero citam as lacunas das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos como a correferência e a pronominalização, a relação tópico-comentário, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções etc.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo as linguistas nesse livro introdutório, pode-se distinguir a LT em três momentos no que se refere à passagem da teoria da frase para a do texto. O primeiro trata da análise transfrástica, o segundo é referente às gramáticas textuais, e o terceiro diz respeito às teorias de texto.

Em um breve retrospecto sobre a Linguística Textual, Koch e Fávero discutem sobre a conceituação e a relevância das gramáticas textuais, definindo-as como “objeto que se propõe descrever de maneira explícita – o ‘texto’ ou o ‘discurso’” (2002, p. 17)

Em relação ao conceito de texto, as autoras informam:

Os textos empíricos individuais podem ser considerados como realizações verbais (“textualização”) de sua textualidade. Estas noções permitem adotar a posição de que os mídias de textualização podem adquirir formas variadas, de tal modo que não só os textos verbais, mas também pictóricos, arquitetônicos, fílmicos ou quaisquer outras podem ser consideradas como “textos, isto é, como manifestações de uma textualidade (2002, p. 20-21).

Ao diferenciar texto e discurso, elas concordam com Van Dijk ao afirmar que o segundo é a unidade passível de observação, aquela que se interpreta quando se vê ou se ouve uma enunciação, enquanto o primeiro é a unidade teoricamente reconstruída, subjacente ao discurso. Além disso, este é “produto de vários componentes, não só gramaticais como estilísticos, teóricos e esquemáticos...” etc. (Fávero & Koch, 2002, p. 24)

Dito isso, pode-se compreender a afirmação de Koch no livro *Desvendando os Segredos do Texto* (2003), no qual, ao tratar dos gêneros do discurso, informa que

O contacto com os textos da vida cotidiana [...] exercita nossa *capacidade metatextual* para a construção e intelecção de textos, na concepção de Bakhtin, de que todas as esferas da atividade humana estão relacionadas com a utilização da língua. Para ele, “o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, [...] mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional” (Bakhtin, *apud* Koch, 2003, p. 54).

É a partir da confirmação de que o texto é composto de elementos coesivos típicos a determinadas situações que se pode afirmar que todos os enunciados se baseiam em formas-padrão e relati-

GÊNEROS TEXTUAIS

vamente estáveis de estruturação de um todo, o que constitui os gêneros, que, para Koch, são “marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais” (p. 54).

De acordo com a autora, que assume a caracterização de Bakhtin (*apud* Koch, 2003), um gênero pode ser caracterizado da seguinte maneira:

- são tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca: os gêneros possuem uma forma de composição, um plano composicional;
- além do plano composicional, distinguem-se pelo conteúdo temático e pelo estilo;
- tratam-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do interlocutor (p. 54).

A escolha do gênero, então, é feita em função dos parâmetros da situação que guiam a ação e estabelecem a relação meio-fim, a qual é estrutura básica de uma atividade mediada.

Segundo Bronckart (1994, *apud* Koch 2002), uma ação de linguagem exige do agente produtor a escolha do gênero mais adequado, a organização sequencial ou linear do conteúdo temático e a seleção de mecanismos de textualização e enunciativos. Para Schnlwlwy & Dolz (Koch, 2002, p. 56), “o gênero é utilizado como meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares”.

Diante do exposto, podemos citar a posição de Marcuschi quando trata dos gêneros textuais no artigo “Gêneros textuais: definição e funcionalidade” (2003), no qual o autor declara que há casos em que os aspectos determinam o gênero, noutros é a função, e em outros ainda pode ser o ambiente discursivo e/ou o suporte em que o texto aparece. Nesse artigo Marcuschi define gênero como texto materializado em que se apresentam “*características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (p. 23).

Segundo Marcuschi, quando se domina um gênero textual, não se domina uma forma linguística, mas uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações particulares, visto

que “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”, conforme Bronckart (1999, *apud* Marcuschi, 2003, p. 29), e eles operam, “em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual” (Marcuschi, 2003, p. 29).

Em relação aos gêneros, ainda, esse estudioso informa que pode ocorrer a intertextualidade intergêneros (um gênero com a função de outro) e a heterogeneidade tipológica, sobre a qual abordaremos mais nos tópicos seguintes.

AS TIPOLOGIAS TEXTUAIS

De acordo com Caroline Marra (2006), enquanto os gêneros se referem à esfera maior, a das atividades humanas, os tipos fazem referência à materialização da textualidade, ou seja, à maneira pela qual os textos se concretizam. Para essa pesquisadora, “cada tipo de texto instaura uma forma de interação, um modo de relação entre os interlocutores. Portanto, o próprio dizer é tipificante” (Travaglia, *apud* Marra, 2006, p. 2).

Conforme o posicionamento que o produtor textual julga necessário e a imagem que ele faz do receptor do texto se definirão quais os tipos condizentes com a situação comunicativa e a relação estabelecida entre produtor e receptor.

Entre as tipologias textuais conhecidas estão a Dissertação/Argumentação, a Narração, a Descrição, a Exposição, o Diálogo e a Injunção². Alguns autores, no entanto, nem sempre consideram essas seis categorias, como Marcuschi, por exemplo, que limita a cinco o número, considerando Injunção e Diálogo a mesma tipologia, predominando a primeira terminologia (Marcuschi, 2005). Mas há um consenso de que “a expressão tipo textual é utilizada para denominar

² Não abordaremos neste artigo os detalhes de cada tipo textual por se tratar de uma breve pesquisa, a qual procura apontar a heterogeneidade tipológica em um gênero específico.

GÊNEROS TEXTUAIS

a construção teórica que é definida pela natureza linguística de sua composição” (Marcuschi, *apud* Marra, 2006, p. 4).

A Dissertação e/ou Argumentação, segundo Koch (2006, p. 17), nada mais é que o meio de “orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões”. Sendo assim, através de um texto (oral ou escrito) o falante/escritor pode convencer ou persuadir o ouvinte/leitor.

O segundo tipo citado é a Narração, que ocorre quando uma história é narrada, incluindo-se, assim, tempo, espaço, personagens etc.

Já a Descrição é uma informação mais pontual/detalhada sobre algo ou alguém.

No que diz respeito à sequência expositiva, conforme estudos recentes de diversos pesquisadores da área, ela é caracterizada pela intenção de facilitar a compreensão do leitor/ouvinte através de informações que normalmente são feitas por meio de afirmações e logicidade na ordenação de conceitos, entre outros aspectos.

Acerca da tipologia Dialogal, a caracterização é feita pela presença de pelo menos dois interlocutores (sendo que um deles pode estar implícito), presença de turnos de fala e/ou perguntas e repostas etc.

Finalmente, o tipo textual Injuntivo é aquele que contém expressões de ordem ou linguagem apelativa/imperativa, caráter instrucional, circunstâncias de finalidades etc.

Apesar de todas essas distinções, todavia, normalmente um gênero textual não se limita a um tipo de texto. É comum um gênero discursivo conter uma sequência tipológica dominante e ser composto de vários outros tipos textuais, o que Marcuschi (2005) denomina heterogeneidade tipológica. Conforme esse autor, “todos os textos realizam um gênero e todos os gêneros realizam sequências tipológicas diversificadas” (2005, p. 100).

Antes de fazer a análise do gênero proposto, abordaremos um pouco sobre suas características.

O GÊNERO EDITORIAL

De acordo com Bakhtin (*apud* Koch, 2003, p. 54), um gênero pode ser caracterizado pelos “tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca”, visto que “os gêneros possuem uma forma de composição, um plano composicional”, mas, além disso, “distinguem-se pelo conteúdo temático e pelo estilo; trata-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto de participantes e a vontade enunciativa ou intenção do interlocutor”.

Dadas as informações acima, podemos classificar o editorial como um gênero textual que, conforme estudos de Marcuschi (2005) e de Denise Santana (2003), está inserido no domínio discursivo jornalístico, mais especificamente no jornalismo opinativo, sendo, assim, parte da modalidade usual da língua escrita.

Trata-se de um gênero com linguagem formal e objetiva que expressa a opinião oficial da empresa jornalística e muitas vezes de órgãos (públicos ou não) e/ou instituições que a patrocinam. Cabe destacar, no entanto, que essa opinião não é exatamente a dos proprietários nominais da empresa editora responsável, mas, como afirmam Rose Pereira e Thaís Rocha (2006), reflete um consenso das opiniões dos diversos participantes da organização do jornal.

Quanto à estrutura, o editorial apresenta-se normalmente com uma questão/fato introdutório, um desenvolvimento argumentativo e a conclusão (Santana, 2003), o que Karina Nascimento (2003) denomina “fato (elemento de grande poder persuasivo por ser inquestionável); argumentos pró-tese [e] tese (constituente revelador da intenção argumentativa do editorialista [...])” (p. 96), respectivamente.

Em relação à classificação do gênero em questão, Melo (*apud* Pereira e Rocha, 2005) destaca a impessoalidade, a topicalidade, a condensabilidade e a plasticidade como características específicas do editorial. A primeira se refere ao fato de a matéria não ser assinada, ser escrita em terceira pessoa do singular ou primeira do plural; a segunda característica trata da especificidade de determinado assunto, o que favorece a precisão e a objetividade na opinião expressa; a terceira, a condensabilidade, é relativa à clareza e brevidade do texto diante da “pressa” comum a muitos leitores, em sua maioria, habitan-

GÊNEROS TEXTUAIS

tes de ambientes urbanos; já a última característica apontada por Melo diz respeito à dinamicidade/rapidez com que os fatos ocorrem, o que exige do jornalista valoração e acompanhamento dos acontecimentos, bem como sua apreensão quanto aos desdobramentos em meio às variações sofridas pelas notícias.

No que diz respeito à tipologia textual dos editoriais, é predominantemente argumentativa, visto que se trata de um texto opinativo, no qual o editorialista tenta persuadir o leitor a partir de um fato de grande importância no momento e que “desenvolve um raciocínio valorativo, através do qual defende, com argumentos persuasivos, a posição político-social do jornal e refuta as opostas, conduzindo o leitor à conclusão pretendida pela empresa”, segundo Nascimento (2003, p. 85). Mas, com o intuito de argumentar, o editorialista faz uso de outros tipos textuais, como perceberemos a seguir.

O editorial é, portanto, um gênero textual jornalístico muito significativo não só pelo seu contexto informativo, mas também pelo diálogo que estabelece com o Estado, com instituições políticas, sociais e empresariais e com o leitor em meio aos fatos, levando-o a um posicionamento em relação aos acontecimentos.

Partindo, então, das informações sobre gêneros e tipos textuais e sobre o editorial, verificaremos quais as tipologias presentes em um editorial de *A Gazeta*, jornal que circula na região metropolitana de Vitória/ES, o qual está transcrito abaixo³:

A Gazeta – Vitória (ES), domingo, 3 de agosto de 2008

O inchaço da máquina pública

O empreguismo no setor público tornou-se uma prática intensiva. É raro o dia em que os meios de comunicação não anunciem a abertura de vagas (sempre em número generoso), concursos e nomeações estritamente políticas

Que futuro nos espera? Essa dúvida assalta o cidadão comum diante da expansão, diante do inchaço incessante da máquina burocrática do governo federal.

³ Como um artigo não é caracteristicamente extenso, não será possível abordar nesta pesquisa todos os fragmentos que se referem às tipologias citadas, cabendo, assim, uma seleção que possibilite mostrar a heterogeneidade proposta.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O congresso também se mostra descomedido, gastos com pessoal e despesas de custeio de modo geral. É um dos mais caros do mundo - em relação à renda per capita da população -, mas isso não parece constrangê-lo. Age como se as fontes do dinheiro público fossem infinitas e inesgotáveis.

O empreguismo no setor público parece uma prática compulsiva, incessante e sem limite. É difícil o dia em que os meios de comunicação não anunciem a abertura de vagas (sempre em número generoso), concursos e nomeações políticas, sem nenhum teste prévio.

Há pouco mais de um mês, no início de julho, a pressão popular fez o Senado desistir da contratação de 97 servidores sem concurso, com salários de quase R\$ 10 mil, além de benefícios assistencialistas. Era uma espécie de parcela de gastos com a Câmara. *A justificativa dos senadores era que os deputados haviam aumentado a verba de gabinete de R\$ 50,8 mil para R\$ 60 mil para contratar pessoal.*

Na última semana, essa farra registrou eventos de notória repercussão. No dia 30, o Diário Oficial da União publicou a medida provisória que transformou em ministério a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e criou 295 cargos para serem preenchidos sem concurso público. Os salários variam entre R\$ 1.997,31 e R\$ 10.448. Nós, os pagadores de impostos, vamos arcar com mais essa despesa, cujas justificativas (supõe-se que existiam) toda a população desconhece.

Nesse ato, há que se notar novo recorde da burocracia federal. *Foi quebrado o anterior, de 37 ministérios. Agora são 38. É um quadro inédito, e muito desagradável, na vida política da República. Até prova em contrário, o que é difícil, o excesso de ministérios, de secretarias e de cargos de confiança tende a provocar ineficiência de gestão e desperdício de gastos. Foge ao princípio da racionalidade e, certamente, prejudica setores importantes do governo.*

Um outro susto na onda da abertura de vagas federais: *na quinta-feira, o Ministério do Planejamento autorizou 1.822 novas contratações para o Ministério do Trabalho e Emprego. Serão preenchidas as funções de administrador (186), economista (8) e agente administrativo (1.628). O edital será lançado em seis meses, e o provimento dos cargos deve acontecer até 31 de julho de 2009.*

Na mesma portaria o Ministério do Planejamento autorizou a convocação de candidatos aprovados na última seleção da Controladoria-Geral da União, que ofereceu 400 oportunidades.

Levantamentos realizados por consultorias apontam que o governo Lula encerrou o primeiro mandato com contratação líquida (admissões menos demissões) de aproximadamente 118 mil servidores civis e militares. É mais do que o dobro dos 41 mil em oito anos da era FHC.

GÊNEROS TEXTUAIS

Na verdade, este optou por amplo processo de terceirização, enquanto o governo petista prefere a contratação direta – inclusive admitindo os terceirizados do período antecessor.

Mas isso não anula nem justifica o fato de as contratações estarem sendo realizados em ritmo frenético, parecendo não ter freio.

Quando se pergunta que futuro nos espera, em função do mar de servidores que chega às repartições federais, deixa-se escapar o temor de que a austeridade fiscal venha, no futuro, a correr risco. Além disso, há prescrições muito mais interessantes para o uso do dinheiro público.

Logo no início do 1º parágrafo é possível identificar a sequência tipológica Dialogal através da oração “Que futuro nos espera?”, indicando que há mais de um interlocutor no texto.

No 2º parágrafo o editorialista diz que “O Congresso também se mostra *descomedido...*”, fazendo, então, uma Argumentação por meio do adjetivo grifado, que se refere à informação de que há um “inchaço na máquina burocrática [...] federal”. Da mesma forma ele utiliza o Tipo Argumentativo no 3º parágrafo, quando afirma que “O empreguismo no setor público parece uma prática *compulsiva, incessante e sem limite*”, atenuando a colocação ao inserir o verbo *parece* antes das adjetivações do substantivo *prática*.

Já no 4º parágrafo o Tipo textual utilizado é o Expositivo, quando o escritor informa que “A justificativa dos senadores era que os deputados haviam aumentado a verba de gabinete de R\$ 50,8 mil para R\$ 60 mil para contratar pessoal”.

No 5º parágrafo encontramos pelo menos três Tipologias textuais: a Argumentação, a Narração e a Exposição. A primeira está presente na oração: “Na última semana, essa farra registrou eventos de notória repercussão”, em que o editorialista faz uma avaliação (negativa) da contratação sem concurso citada no parágrafo anterior, resumindo a atitude dos senadores como uma *farra*. Já a Narração e a Exposição estão presentes no enunciado: “No dia 30, o Diário Oficial da União publicou a medida provisória que transformou em ministério a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e criou 295 cargos para serem preenchidos sem concurso público”. Ainda no 5º parágrafo há outra informação que caracteriza uma Exposição, quando o autor do editorial cita que “Os salários [para os 295 cargos criados para o novo ministério] variam entre R\$ 1.977,31 e R\$ 10.448”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ao informar, no 6º parágrafo: “Foi quebrado o [recorde] anterior, de 37 ministérios. Agora são 38. É um quadro inédito, e muito desagradável, na vida política da República”, o autor expõe um acontecimento ao declarar que houve um aumento de ministérios, e ao mesmo tempo argumenta, ao interpretar que esse aumento é *muito desagradável* para o país. Ainda nesse parágrafo o editorialista afirma: “Foge ao princípio da racionalidade e, *certamente, prejudica* setores importantes do governo”. A expressão em destaque configura o tipo textual argumentativo pelo uso da modalização *certamente*.

Continuando os apontamentos, no 7º parágrafo o autor faz uso da Narração mais uma vez quando informa: “[...] na quinta-feira, o Ministério do Planejamento autorizou 1822 novas contratações para o Ministério do Trabalho e Emprego”.

Próximo ao final do texto, agora no 10º parágrafo, o produtor do editorial coloca: “Mas isso não anula nem justifica o fato de as contratações estarem sendo realizadas em ritmo frenético, parecendo não ter freio”. Ao considerar que as contratações estão ocorrendo em *ritmo frenético*, o editorialista faz uma avaliação da situação, opinando argumentativamente a respeito do grande número de contratações diretas no governo atual.

Para finalizar, o autor do texto insere no último parágrafo, assim como no primeiro, a Tipologia Dialogal por meio do pronome *nos*. Se no início ele questiona ao leitor “Que futuro nos espera?”, na finalização o escritor leva o interlocutor a uma reflexão a partir de um indício do que ocorrerá no futuro diante de tantas contratações no setor público: “Quando se pergunta que futuro nos espera, em função do mar de servidores que chega às repartições federais, deixa-se escapar o temor de que a austeridade fiscal venha, no futuro, a correr risco”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das breves análises pode-se perceber que o gênero textual opinativo, neste caso representado pelo editorial, é uma produção rica em relação à presença de Tipologias Textuais. No texto observado encontramos quatro dos seis tipos considerados pela Linguística Textual atualmente. Isso significa que a partir de um edito-

GÊNEROS TEXTUAIS

al é possível facilitar o ensino de sequências tipológicas com os exemplos contidos no próprio texto, propiciando-se, assim, o despertar da atenção dos alunos durante as análises, os apontamentos das características de cada tipo textual e a coexistência deles, muitas vezes de forma interdependente, numa construção textual.

O propósito aqui foi o de mostrar que nos gêneros textuais a linguagem é articulada de forma rica e variada, ainda que, dependendo do objetivo situacional, um tipo textual predomine, considerando-se que é importantíssimo que o aluno seja exposto a uma diversidade textual, para que a partir de “modelos” reproduza diferentes tipos de textos, em concordância com Lins e Yacovenco (2002).

REFERÊNCIAS

ABREU, M^a Teresa T. Vilar do. Coesão referencial e a progressão argumentativa: uma análise inicial (Artigo). In: LINS, M^a da Penha P.; YACOVENCO, Lilian Coutinho. (Org.). *Caminhos em linguística*. Vitória: NUPLES/DLL/UFES, 2002, p. 411-417.

ARAÚJO, Cíntia R. de. *Editorial: um gênero textual?* (Artigo). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/sevfale/Sevfaleprograma-2007.pdf>. Acesso em: setembro/2007.

———. *O domínio discursivo do jornalismo escrito: um estudo sobre o editorial*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: PUC-MG, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Tradução: M^a Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-287.

FÁVERO, Lerner Lopes; KOCH, Ingedore G. Vilhaça. *Linguística textual: introdução*. 6^a ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Série Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino; 9).

KOCH, Ingedore G. Vilhaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006 [1984].

———. *Desvendando os segredos do texto*. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-19 e 53-60.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MARRA, Caroline Cardoso. *Gênero discursivo e tipologia textual: duas faces de uma mesma moeda?* Disponível em: Arquivo pessoal (file:E:\linguistica_livro\artigos\html\lt_carolinemarra.htm). Acesso em: ago/2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **In:** DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, M^a Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 19-36.

———. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Recife: UFPE – Departamento de Letras. 3^a versão, 2005.

NASCIMENTO, Karina Chrysóstomo de S. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. **In:** PAULIUKONIS, M^a Aparecida; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PEREIRA, Rose Mary F.; ROCHA, Thaís Ferreira. *Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editoria*. Monografia (Graduação – Curso de Comunicação Social/Jornalismo). UFAL, 2006.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

SILVA, Thaís Christófaru; MELLO, Heliana (Orgs.) *V Congresso internacional da Associação Brasileira de Linguística* (caderno de resumos). Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Letras, 2007.